



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003740-87.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **JOSÉ ERICO DE OLIVEIRA**
Requerido: **VRG - Linhas Aéreas S/A (VARIG)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter contratado junto à ré viagem para Navegantes/SC, mas quando retornou constatou que sua mala estava danificada e que fora subtraído de seu interior um notebook.

Alegou ainda que a ré lhe ofereceu quantia irrisória para reparar tais danos, de sorte que almeja à sua condenação ao pagamento de importância que especificou.

A primeira questão que se coloca para solução nos autos atina a definir qual a legislação aplicável ao caso.

Sobre o tema, resalto que o entendimento emanado do Colendo Supremo Tribunal Federal por ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário 636.331/RJ e do Recurso Extraordinário com Agravo 766.618/SP (prevalência das Convenções Internacionais sobre Transporte Aéreo em relação ao Código de Defesa do Consumidor) aqui não incide.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Com efeito, tal orientação tem lugar somente a situações de voos internacionais, tanto que no v. acórdão pertinente ficou assentado:

“Dois aspectos devem ficar sobremaneira claros neste debate. O primeiro é que as disposições previstas nos acordos internacionais aqui referidos aplicam-se exclusivamente ao transporte aéreo internacional de pessoas, bagagens ou carga. (...)22. O segundo aspecto a destacar é que a limitação imposta pelos acordos internacionais alcança tão somente a indenização por dano material, e não a reparação por dano moral. A exclusão justifica-se, porque a disposição do art. 22 não faz qualquer referência à reparação por dano moral, e também porque a imposição de limites quantitativos preestabelecidos não parece condizente com a própria natureza do bem jurídico tutelado, nos casos de reparação por dano moral.” (grifei).

É nesse diapasão que se tem manifestado inclusive o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

*“Transporte aéreo - Contrato de transporte - Cancelamento de voo nacional - Fixação de indenização de R\$ 10.000,00 para cada um dos autores - Procedência - Inconformismo - Incidência das disposições do Código de Defesa do Consumidor, prevalecendo sobre a Convenção de Montreal, pois presente relação de consumo entre as partes - Impossibilidade de embarque que não afasta a obrigação de auxílio aos consumidores - Hipótese em que a parte apelante não forneceu alimentação, nem prestou aos apelados informações necessárias para tornar a situação mais confortável - Dano Moral reconhecido - Pleito de redução do valor da indenização - Não acolhido - Valor fixado que se mostra suficiente para reparar o dano - Observação aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade - Sentença mantida - Recurso não provido” (Apelação nº 1006799-67.2017.8.26.0189, 13ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **HERALDO DE OLIVEIRA**, j. 14/05/2018).*

*“Por força do deliberado no RE 636331 e no ARE 766.618, em julgados do Eg. STF, sob a sistemática da repercussão geral, de rigor, a aplicação das Convenções de Varsóvia e/ou Montreal, que regulam regras de unificação de transporte aéreo internacional e têm prevalência em relação ao Código de Defesa de Consumidor, em ações objetivando indenização por danos materiais e/ou morais em transporte aéreo internacional, dentre as quais se enquadra a presente ação regressiva promovida por seguradora, sub-rogada nos direitos de segurado, passageiro dono de bagagem extraviada, em transporte aéreo internacional, contra a transportadora.” (Apelação nº 1063154-10.2016.8.26.0100, 20ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **REBELLO PINHO**, j. 09/04/2018 - grifei).*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Assentada essa premissa, observo que a pretensão deduzida envolve o ressarcimento de prejuízos materiais causados ao autor por danos provocados em sua mala e pelo furto de um notebook que se encontrava no interior dela.

A ré não refutou em contestação os problemas aludidos na bagagem do autor, chegando até a propor-lhe o pagamento de valor para a devida reparação, e se limitou a impugnar o montante relativo ao notebook.

Reputo que não lhe assiste razão, todavia.

Isso porque é inegável que o serviço prestado pela ré o foi de forma inadequada, dando causa à injustificável danificação da bagagem em apreço.

O documento de fl. 04 demonstra a aquisição do aludido produto e é verossímil por sua natureza que estivesse no interior da bagagem do autor, além de não se entrever sequer indício de intuito dele em locupletar-se a partir daí em face da ré.

Nem se diga que deveria o autor previamente definir o conteúdo da bagagem, revelando a experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) que tal prática é no mínimo insólita, motivo pelo qual seria muito mais razoável que iniciativa nessa direção fosse tomada pela ré.

Como isso, porém, não teve vez, não poderia a ré agora beneficiar-se desse panorama.

Nem se diga também que o produto deveria ter sido transportado na bagagem de mão, seja porque as normas invocadas pela ré a propósito (fls. 26/28) não possuem natureza legal, seja porque se ela autorizou que o notebook permanecesse na bagagem despachada – ou no mínimo silenciou a respeito – não seria razoável que em momento posterior auferisse vantagem com o problema então verificado.

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento da postulação vestibular, até porque o valor pleiteado encontra amparo na documentação coligida pelo autor e nada faz supor que fosse exacerbado ou diverso da realidade.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 8.229,10, acrescida de correção monetária, a partir de abril de 2018 (época do evento danoso), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Publique-se e intímese.

São Carlos, 29 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**